

## Retorno para a caverna: Uma Leitura da Aula Magna 2025.2 do Curso de Direito da Cairu

*Return to the Cave: A Reading of the 2025.2 Law School Opening Lecture at Cairu*

Rúbria Araújo Marins de Almeida<sup>1</sup>

Fundação Visconde de Cairu, Salvador – BA, Brasil

**Resumo:** Este relato tem como objetivo apresentar e analisar a Aula Magna 2025.2 do Curso de Direito da Faculdade Visconde de Cairu, com ênfase na palestra do Cacique Juvenal Payayá e nos desdobramentos formativos para o ensino jurídico. Na condução do estudo, adotou-se metodologia de relato de experiência, de natureza qualitativa e descritivo-analítica, construída a partir de observação participante, registros próprios e consulta pontual às referências históricas evocadas na exposição (Ruy Barbosa, Castro Alves), em diálogo com o debate contemporâneo sobre o olhar colonial. Os principais resultados indicam que o rito de abertura ressignificou o auditório como território sagrado, favorecendo uma escuta sensível; a palestra evidenciou a dignidade da mulher indígena, a centralidade de corpo e ancestralidade, e provocou revisão de referências canônicas. Como contribuições práticas ao ensino jurídico, sistematizam-se diretrizes: inclusão de autoria indígena no currículo, leitura crítica de fontes clássicas, ações de extensão em diálogo intercultural e avaliação formativa sensível à diversidade. Conclui-se que a experiência operou como dispositivo formativo, ampliando repertórios e orientando práticas pedagógicas comprometidas com justiça histórica, pluralidade e respeito aos povos originários.

**Palavras-chave:** Ancestralidade. Povos Indígenas. Ensino Jurídico. Justiça Histórica. Dignidade da Mulher.

**Abstract:** This report aims to present and analyze the 2025.2 Opening Lecture of the Law Course at Faculdade Visconde de Cairu, with emphasis on the lecture by Cacique Juvenal Payayá and on the formative developments for legal education. In conducting the study, an experience-report methodology was adopted, qualitative and descriptive-analytical in nature, built from participant observation, the author's own records, and targeted consultation of the historical references evoked in the presentation (Ruy Barbosa, Castro Alves), in dialogue with the contemporary debate on the colonial gaze. The main results indicate that the opening rite re-signified the auditorium as a sacred territory, favoring a sensitive listening; the lecture highlighted the dignity of the Indigenous woman, the centrality of body and ancestry, and prompted a revision of canonical references. As practical contributions to legal education, guidelines are systematized: inclusion of Indigenous authorship in the curriculum, critical reading of

<sup>1</sup> Graduanda em Direito- CAIRU-BA. E-mail: [rubrialmeida82@gmail.com](mailto:rubrialmeida82@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2119-3806>

classical sources, extension activities in intercultural dialogue, and formative assessment sensitive to diversity. It is concluded that the experience operated as a formative device, expanding repertoires and guiding pedagogical practices committed to historical justice, plurality, and respect for Indigenous peoples.

**Keywords:** Ancestry. Indigenous Peoples. Legal Education. Historical Justice. Women's Dignity.

## Introdução

No dia 25 de agosto de 2025, às 19h, no Auditório da Faculdade Visconde de Cairu, realizou-se a Aula Magna do Curso de Direito 2025.2, que contou com a presença de autoridades acadêmicas e convidados especiais. O evento teve início com a entrada dos indígenas entoando o canto “Você que tá chegando agora/ Faça o favor de se acostumar/ Este lugar sagrado/ É território Payayá.” (Payayá, 2024, p.59) Esse gesto, carregado de significado, transformou o espaço acadêmico em um território simbólico de ancestralidade e respeito, preparando espiritualmente o ambiente para as falas que se seguiriam.

Compuseram a mesa o presidente da Fundação Visconde de Cairu, Paulo Teixeira Cardoso; a vice-Presidente, Rosilene Maria Cruz; o presidente do Conselho de Administração, Fernando Henrique Oliveira; a coordenadora do Curso de Direito, Professora Bárbara Portella; a Professora Gilmara Payayá; a Professora Ana Cleide Payayá e, como palestrante principal, o Cacique Juvenal Payayá, romancista, poeta, desenhista e escritor brasileiro.

A abertura dos trabalhos foi realizada pela Professora Bárbara Portella, que destacou a importância da Aula Magna para o curso de Direito e apresentou uma retrospectiva histórica sobre a formação das primeiras faculdades de Direito no Brasil. Recordou a criação da primeira faculdade por decreto do Imperador Dom Pedro I, em 11 de agosto de 1827, ressaltando a relevância dessa data que, posteriormente, tornou-se o Dia Nacional do Advogado. A coordenadora enfatizou que a realização da Aula Magna é uma reminiscência desses tempos solenes e reforça a tradição da formação jurídica no país.

Na sequência, o Professor Fernando Henrique de Oliveira, de forma descontraída, apresentou uma retrospectiva da história da Fundação Visconde de Cairu, ressaltando seus 120 anos de existência e a forma como a instituição se

manteve firme em meio a períodos desafiadores da humanidade, como guerras, crises econômicas e pandemias. Destacou o caráter não lucrativo da Fundação e a ênfase na qualidade do ensino, que valoriza o aluno como indivíduo e não apenas como número. Explicou também o processo democrático de eleições internas, realizado a cada quatro anos, que envolve alunos, funcionários, corpo técnico, professores e entidades parceiras, como a OAB, CRC, Conselho de Psicologia e Associação Comercial. Compartilhou ainda sua experiência de mais de 22 anos na Cairu, mencionando a formação de diversas gerações de profissionais e citando exemplos de ex-alunos que hoje ocupam posições de destaque, como a atual vice-presidente da Fundação e a professora Gilmara.

Em seguida, o Presidente Paulo Teixeira Cardoso ressaltou a dedicação e o comprometimento da Professora Bárbara Portella, afirmando que em seus 32 anos de atuação no ensino superior nunca havia visto uma coordenadora tão dedicada. Destacou sua sensibilidade em trazer o Cacique Juvenal Payayá para o evento e lembrou iniciativas relevantes conduzidas pela coordenação, como a criação do Núcleo de Prática Jurídica, posteriormente transformado no SEJUSC. Informou ainda sobre a parceria da Cairu com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no Projeto “Superendividados”, no qual os alunos elaboram planos de pagamento para encaminhamento judicial, além de promover oficinas de educação financeira e de comportamento do consumidor. Mencionou a participação da Cairu no Fórum de Família, ocorrido em 8 de agosto, ocasião em que uma juíza do Rio Grande do Sul, que lidera a única vara de superendividados do Brasil, reconheceu essa iniciativa como inédita e exemplar. O presidente finalizou agradecendo e parabenizando a coordenadora por sua atuação destacada.

Na sequência, a Vice-Presidente Rosilene Maria Cruz, que também atua na coordenação do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Instituição, fez um agradecimento institucional ao palestrante e compartilhou sua experiência pessoal ao visitar a aldeia do Cacique Juvenal Payayá. Relatou ter sido recebida pela família com carinho, cuidado e amorosidade, destacando a honra, a emoção e a alegria desse contato direto com a cultura indígena. Ressaltou ainda o orgulho de ter construído sua trajetória acadêmica e profissional na Cairu, onde atua há 25 anos, e aproveitou a ocasião para divulgar a Pós-Graduação em Práticas Jurídicas, recentemente

estruturada pela instituição. Finalizou expressando a felicidade de agora poder recebê-los na Cairu para a Aula Magna.

Em seguida, a Professora Ana Cleide Payayá, servidora da UNEB, fez uma breve apresentação sobre a trajetória do Cacique Doutor Juvenal Payayá, destacando o movimento de resistência empreendido pela comunidade na aldeia, em Salvador e na Chapada Diamantina. Ressaltou que o título de Doutor Honoris Causa, concedido recentemente ao Cacique pela UNEB, reflete o reconhecimento de seu vasto conhecimento ancestral e das práticas desenvolvidas no território. Informou que está em processo de doutoramento no Programa de Difusão do Conhecimento, onde pesquisa o território Payayá, situado em Utinga, na Chapada Diamantina, como um espaço multirreferencial de aprendizagem, que engloba pintura, romance, poesia e literatura indígena. Destacou que a cerimônia de entrega do título, ocorrida em agosto e votada por unanimidade pelo Conselho Universitário da UNEB, foi inédita por ser realizada no próprio território indígena, reunindo toda a universidade. Considerou esse momento um marco de resistência e um testemunho da bela caminhada do Cacique e de sua comunidade.

Por fim, foi concedida a palavra ao palestrante principal, o Cacique Juvenal Payayá, cuja exposição será detalhada no próximo tópico deste relato. O evento marcou também o lançamento do livro ***Retorno para a Caverna***, de autoria do palestrante, seguido de sessão de autógrafos. A Aula Magna teve como objetivo proporcionar aos estudantes uma reflexão crítica sobre a realidade social, cultural e política brasileira, relacionando saberes tradicionais e contemporâneos.

### **Retorno para a caverna**

A palestra do Cacique Juvenal Payayá começou de forma singular e envolvente, marcada pelo canto: “Eu sou Payayá/ Esse aqui é meu povo/ Eu sou Payayá/ Esse aqui é meu povo/ É por ele que luto e vivo/ É por ele que me orgulho e louvo.” (Payayá, 2024, p. 31) Com a ajuda de outro indígena, o auditório foi convidado a repetir o refrão, criando um momento de participação coletiva que rapidamente quebrou o protocolo acadêmico tradicional. Segundo ele, essa escolha não foi por acaso. O canto, afirmou, “busca a sensibilidade do espírito” e, quando nos tornamos espiritualmente sensíveis, as relações se estabelecem de forma calma, permitindo enxergar o outro de uma

maneira diferente, com um olhar renovado que toca na forma de sentir. Esse instante, carregado de emoção, deu à Aula Magna um tom profundamente especial e significativo.

Em seguida, o Cacique confidenciou ao público que desejava fazer uma comparação simples entre **vidas, território e povos**. Para ele, “vida para os indígenas é tudo que existe na face da terra”. Até mesmo as rochas, que para muitos parecem inanimadas, são consideradas vida, pois ao se partirem transformam-se em solo e areia, tornando-se um dos elementos mais importantes para os povos indígenas, para a sobrevivência das comunidades, dos povos. Nessa concepção, a vida é ampla, contínua e interligada, englobando todos os elementos da natureza.

O Cacique então se propôs a expor alguns privilégios ou coincidências que considera marcantes. A **primeira coincidência**, segundo ele, é ter uma cultura para se basear. Foi exatamente isso que, conforme destacou, estava fazendo naquele momento dentro da academia: buscar em sua própria cultura um fundamento para lembrar, reverenciar e honrar os antepassados. Observou que, entre os indígenas, o tema da ancestralidade é recorrente e profundamente valorizado. Reconheceu, contudo, que é de difícil compreensão, pois trata-se de algo que transcende a razão. Definiu a ancestralidade como o “entendimento que se imagina da pessoa que já se foi”, uma forma de presença que continua a orientar e inspirar as novas gerações.

Em seguida, apresentou uma coincidência histórica que procurou aproximar do contexto vivido pelos estudantes da Cairu. Recordou que, na primeira Faculdade de Direito do Brasil, um dos paraninfos de turma foi o jurista Ruy Barbosa, cuja eloquência e profundidade lhe renderam o título de “Águia de Haia”. Embora muitos considerem sua linguagem difícil, o Cacique observou que, ao ler seus discursos, percebe-se que eram antes reflexões claras e corretas, com simplicidade de pensamento. Citou, como exemplo, as palavras utilizadas por Ruy Barbosa ao saudar jovens bacharéis:

Não quis Deus que os meus cinquenta anos de consagração ao Direito viessem receber no templo do seu ensino em São Paulo o selo de uma grande bênção, associando-se hoje com a vossa admissão ao nosso sacerdócio, na solenidade imponente dos votos, em que o ides esposar. (Barbosa, 1921)

O Cacique explicou que aquelas palavras de Ruy Barbosa, originalmente dirigidas aos bacharéis do passado, poderiam também ser estendidas aos estudantes

da Cairu, que naquele momento se preparavam para a vida profissional. Demonstrando sua admiração e desejo de diálogo com figuras históricas da estatura de Ruy Barbosa, ele parodiou o discurso e afirmou diante do auditório:

Quis Deus que no limiar dos meus cinquenta anos de consagração ao magistério e oitenta anos de labuta pela vida viesse a receber aqui, na presença de vocês jovens, na presença da minha própria filha da turma de Direito da Universidade Cairu, o templo que a gente considera sagrado — assim foi determinado pelo jovem que cantou. Que glória! Muito obrigado! (Payayá, 2025).

Esse momento, permeado de emoção, foi marcado pela forma singular como o palestrante conectou sua trajetória pessoal e coletiva com a tradição acadêmica, revelando não apenas o peso da ancestralidade indígena, mas também a dignidade de dialogar com a história jurídica brasileira.

Após tratar do primeiro privilégio, o Cacique apresentou a **segunda coincidência**, que para ele era justamente estar naquele momento na casa de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, considerado o primeiro economista do Brasil. Recordou que Dom João VI, impressionado com a competência do jovem, o chamou de aquele menino que escreve um texto “na perna”, tremenda era sua competência. Foi o Visconde de Cairu quem auxiliou o rei na decisão histórica de abrir os portos para que as nações amigas pudessem negociar com a nova nação.

O palestrante destacou o simbolismo de estar presente em uma instituição dedicada a homenagear essa figura histórica. Para ele, era maravilhoso que a Fundação levasse o nome do primeiro economista do país e do primeiro intelectual brasileiro a traduzir o chamado ‘economês’. Explicou que, à época, falava-se de economia, mas ainda não havia no Brasil o uso das palavras científicas que começavam a ser sistematizadas na Europa. O Visconde de Cairu foi o primeiro brasileiro a conhecer e difundir as ideias de Adam Smith, cuja obra *Princípios de Economia* inaugurava a ciência econômica moderna.

Ressaltou ainda que José da Silva Lisboa não apenas conheceu o pensamento europeu, mas soube aplicá-lo com competência à realidade brasileira. Foi consultado tanto por Dom João VI quanto por D. Pedro I em momentos decisivos, tornando-se referência intelectual e política para o desenvolvimento do país. O Cacique lamentou que, muitas vezes, figuras dessa magnitude sejam esquecidas, quando na verdade

deveriam ser constantemente lembradas como símbolos de sabedoria e visão de futuro.

O Cacique prosseguiu apresentando a **terceira coincidência**, que dizia respeito ao território. Relembrou que, já no início da Aula Magna, o indígena Dr. Itan, formado em Mecatrônica, mas que jamais abandonou os ensinamentos de sua tradição com o maracá, havia decretado aquele espaço como território sagrado, transformando-o simbolicamente em uma grande aldeia Tupinambá ou Payayá. Para o palestrante, essa consagração espiritual conferia ao local uma dimensão que transcendia os limites físicos do auditório, atribuindo-lhe a força da ancestralidade.

A partir dessa reflexão, destacou que aquele território sagrado já havia sido palco de fatos extraordinários. Recordou que, na segunda esquina próxima, no antigo Colégio Professor Abílio César Borges — hoje onde se localizam a Biblioteca Pública e a Igreja do Senhor do Bonfim — estudaram figuras notáveis como Ruy Barbosa e Castro Alves. Segundo ele, consta na biografia de ambos que o professor César Borges costumava colocar uma pedra no pátio, sobre a qual Ruy Barbosa, ainda menino, discursava longamente, enquanto Castro Alves, seu amigo, declamava poesias. Em seguida, citou os versos imortais de Castro Alves, ao recitar esse poema, afirmou que “esse poema tremeu o império”, tamanha a sua força transformadora:

“Oh! Bendito o que semeia  
Livros... livros à mão cheia...  
E manda o povo pensar!  
O livro caindo n'alma  
É germe — que faz a palma,  
É chuva — que faz o mar...”  
(Castro Alves, 1870)

O palestrante destacou que tudo naquele território parecia carregar uma simbologia de coincidências históricas. Além do Visconde de Cairu, de Castro Alves, de César Borges e de Ruy Barbosa, muitas outras conexões poderiam ser lembradas. Recordou, por exemplo, que em 1973 foi designado, como ele mesmo disse, “na direção de um carrinho novo”, para trabalhar na Editora Ática, a primeira editora de alcance nacional. O curioso, para ele, é que justamente a primeira sede da editora na Bahia ficava naquela mesma região. O Cacique afirmou ter tido o privilégio de servir à editora por 23 anos, ajudando a divulgar “livros à mão cheia”, como havia escrito Castro Alves.

Para ele, a coincidência de estar novamente presente naquele espaço, décadas depois, agora como palestrante, tinha um significado profundo: “Que importância tem isso? Tem importância sim. Eu estou aqui, dando testemunho”. E, ao falar de sua trajetória nesse território, lembrou de figuras que conheceu ali ou por meio desse espaço, como Cid Seixas, diretor do Teatro Castro Alves; Carlos Barros, professor e escritor de ciências; Antônio Torres, único baiano a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras; Aristides Fraga Lima, autor de *A Serra dos Dois Meninos*; Jacob Gorender, autor de *Escravidão Colonial*; Demerval da Costa Chaves, que divulgou livros na Bahia durante cinquenta anos; Filipe Serpa, ex-reitor da UFBA; Jorge Calmon, diretor do jornal *A Tarde*; e Rômulo Almeida, grande economista brasileiro. Todos esses nomes, segundo ele, estavam de alguma forma relacionados àquele território, reforçando sua relevância simbólica, cultural e histórica.

O Cacique prosseguiu lembrando a casa de Luiz Viana Filho, biógrafo de Castro Alves e ex-governador da Bahia, responsável pela construção da Biblioteca Pública, a qual chamou de “templo da cultura”. Para ele, esse espaço faz parte do território que estava sendo retomado simbolicamente como lugar sagrado naquela Aula Magna.

Nesse ponto, o palestrante ressaltou que, **se não fossem coincidências, tudo aquilo poderia ser fruto de uma luta histórica**. Relembrou que a questão indígena foi, ao longo dos séculos, sistematicamente apagada e esquecida, muitas vezes reduzida a meras curiosidades acadêmicas. Ressaltou, entretanto, a importância de estar ali, em um território reconhecido como sagrado, junto a cada pessoa presente no auditório, como sinal de resistência e de recuperação da memória indígena.

Ele mencionou também a visita do Professor Fernando à terra Payayá, destacando que não sabia exatamente qual conhecimento o professor havia levado, mas tinha certeza de que, ao mesmo tempo, deixou aprendizado, admiração e respeito. Essa troca, segundo ele, expressa a unidade dos povos pelos povos, fundamento de uma convivência justa e solidária.

A partir desse ponto, levantou **duas questões consideradas graves**. A **primeira** foi a questão histórica: a consciência de que a história é feita pelo homem, muitas vezes sem que este perceba. Ao chegar às terras brasileiras, o colonizador europeu encontrou pessoas, vida, seres humanos, mas não soube ouvir nem ver. Para o Cacique, Portugal era, na época, o equivalente aos Estados Unidos de hoje, a nação



mais avançada, detentora da tecnologia dos mares. Poderia ter sido, segundo suas palavras, “a Inglaterra de seu tempo”. O que faltou, entretanto, foi a compreensão.

É nesse sentido que a literatura indígena contemporânea se coloca: como uma forma de registrar e corrigir os erros históricos cometidos por aqueles que, ao menosprezar o outro, negaram sua humanidade. Em suas palavras, “estamos buscando os erros que o povo cometeu por menosprezar o outro”.

Na sequência, fez uma reflexão contundente sobre a visão do corpo indígena. Afirmou que o povo indígena é o único no mundo que não tem vergonha de seu próprio corpo, tampouco carrega a malícia no olhar entre homens e mulheres. Para eles, o olhar é de povo, de comunidade, sem os filtros de dominação ou exploração. Contrastou esse entendimento com o olhar de colonizadores que chegaram carregados de malícia e domínio.

Nesse ponto, evocou a leitura da Carta de Pero Vaz de Caminha, texto fundador da história colonial, para denunciar a superficialidade e a malícia do olhar lançado sobre as mulheres indígenas. Recordou que, ao ler o documento pela primeira vez, sentiu raiva, e depois compaixão, pelo narrador português. Isso porque Caminha, em vez de reconhecer a dignidade plena da mulher indígena, preferiu reduzi-la a um olhar malicioso, descrevendo apenas sua nudez, afirmando que seriam mais belas do que todas as mulheres de Portugal. Para o Cacique, o erro de Caminha foi não perceber a mulher em sua totalidade, sua humanidade e sua dignidade. Ao invés disso, limitou-se a um olhar de objeto, malicioso e colonizador, incapaz de reconhecer a profundidade e a riqueza da pessoa.

A **segunda** questão levantada pelo Cacique dizia respeito à forma como os povos indígenas foram tratados historicamente, reduzidos a instrumentos de produção de mercadoria. Para ilustrar, relatou um episódio envolvendo Colombo, que ao perceber que um indígena usava um colar com pequenas pedras de ouro, exigiu que lhe trouxessem mais. Quando as pedras se esgotaram, ordenou que jovens indígenas colocassem as mãos sobre uma pedra ou madeira e, cruelmente, decepou-as com a espada. Segundo o palestrante, “foi assim que começou o capitalismo: produzindo mercadoria”. Afirmou ainda que as barbaridades subsequentes foram tão terríveis que a história oficial prefere silenciá-las, embora não se possa negar a sua existência. “Eu posso fazer história sem saber que a faço, mas não posso encobrir a história enquanto

fato histórico existir”, ressaltou, lembrando que em Portugal há cartas que estão sendo resgatadas e que comprovam fatos semelhantes.

Nesse contexto, o Cacique destacou o esforço atual dos povos indígenas em promover um resgate histórico e cultural, buscando despertar o profissional do Direito para ouvir suas queixas. Essas vozes têm se manifestado de várias formas — pela televisão, pelos livros, pelo toré, pelo canto —, mas, segundo ele, a resposta concreta que os povos indígenas têm recebido são apenas novas leis que restringem seus direitos, em vez de ampliá-los. Como exemplo, mencionou o atual debate em torno do Marco Temporal, que classificou como a pior legislação já proposta no Congresso, comparável apenas à Lei de 1673, de Dom João IV. Para ele, essa proposta é especialmente grave por negar aos povos indígenas o direito fundamental de autodeclaração, reduzindo sua identidade a critérios burocráticos que ignoram a realidade histórica.

Prosseguindo, lançou uma provocação aos estudantes de Direito presentes: “Quando vocês estão na faculdade estudam Direito Romano, leem a literatura alemã, filosofam em alemão. Mas já leram um livro escrito por um indígena?”. Lembrou que muitos ainda carregam histórias familiares marcadas pela violência, como relatos de avós e mães indígenas que foram capturadas “no mato, no laço, com mordida de cachorro”. Citou Valverde para reafirmar: “só é índio quem é”. Assim, enfatizou que ser indígena não significa apenas viver nu na floresta, mas manter a identidade e a dignidade em qualquer contexto.

O palestrante compartilhou também uma experiência internacional vivida no Equador, foi levado pelos amigos doutores a um lugar onde todas as pessoas estavam nuas, sentiu-se deslocado até ter coragem de tirar a própria roupa. Esse gesto, explicou, foi para ele um “retorno à caverna”. E esclareceu: retornar à caverna significa retornar ao próprio corpo, reconhecer sua sacralidade e dignidade. No livro que escreveu, evocou as palavras de Anacaona: “nosso corpo é um templo sagrado; ninguém vai entrar nele sem o nosso consentimento. O corpo é um ser sagrado, ninguém vai penetrar nele se não tiver o nosso consentimento.” (Anacaona, tradição oral, apud Payayá, 2025)

Ao tratar de sua produção literária, o Cacique Juvenal Payayá explicou que, quando começou a escrever, seu objetivo inicial era relatar a história dos povos indígenas. Contudo, percebeu que não desejava simplesmente reproduzir narrativas

já contadas por outros. Declarou: “Eu quero, como indígena, observar os senhores e contar a história dos senhores, assim como os senhores contaram a minha.” Ressaltou que, ao longo do tempo, os indígenas foram descritos por observadores externos como preguiçosos, não cristãos e até desumanos. “Se alguém apenas com a observação foi capaz de nos classificar, eu também quero classificar”, afirmou.

Nessa perspectiva, esclareceu que em seus três livros se coloca no lugar de um indígena que, a partir de seu território, observa a sociedade envolvente. Ao olhar de seu espaço nos Barris, exemplificou como via a lógica do capitalismo: um empresário erguendo prédios no centro da cidade, enquanto busca na periferia a força de trabalho dos pedreiros, serventes e carpinteiros, além da própria matéria-prima como a areia. Contudo, após o prédio estar construído, esse trabalhador não tem acesso ao fruto de seu esforço: “O prédio construído não é para você morar. Depois volte para a periferia, porque aqui não é o seu lugar. E, se insistir, mando a polícia para garantir que você permaneça de onde veio.”

O Cacique lembrou que essa segregação social também se manifestava no campo educacional, já mencionava o poeta que sua própria filha já havia sido impedida de ingressar em uma escola. Aponta, então, à poesia e à música como expressões que revelam essas desigualdades. Destacou que não caberia a ele falar sobre Foucault ou repetir os poemas de Castro Alves, pois isso já era amplamente conhecido pelo público acadêmico presente. Seu propósito, disse, era dar voz à experiência das avós indígenas, muitas vezes descritas apenas em termos superficiais e preconceituosos pelos cronistas coloniais.

Nesse ponto, voltou a criticar a narrativa de Pero Vaz de Caminha, que descreveu as mulheres indígenas com malícia e objetificação. Payayá afirmou que, ao contrário da ingenuidade sugerida pelos relatos coloniais, a realidade foi marcada pela violência. As mulheres não foram simplesmente observadas ou laçadas — foram vítimas de um crime brutal o estupro. Ao escrever, portanto, busca resgatar a dignidade da memória indígena e denunciar as marcas da violência histórica que ainda repercutem na sociedade atual.

O Cacique afirmou com veemência que “o grande crime que se praticou foi o estupro”. Para ilustrar, recorreu ao antropólogo Thales de Azevedo, que registrou que apenas onze anos após a chegada dos primeiros colonizadores à Terra de Santa Cruz já existiam crianças que não eram totalmente indígenas nem brancas. Essas crianças,

frutos do estupro, não eram aceitas nem pelos indígenas nem pelos colonizadores, e acabavam vivendo à margem, nas praias. Durante anos, andavam de um lado a outro sem pertencimento definido. Foram elas, segundo o Cacique, que se tornaram os primeiros carregadores de navios, os primeiros a transportar mercadorias, a levantar barracões para os recém-chegados, a construir casas e, em última instância, a erguer a própria cidade de Salvador. “Foram esses meninos, frutos do estupro, os primeiros escravos”, concluiu.

A partir dessa análise, o palestrante propôs uma reflexão sobre a própria formação da colônia brasileira, marcada pelo sofrimento da mulher. Para encerrar, ampliou o olhar e trouxe comparações com outros contextos históricos: mencionou a Argélia, onde mulheres foram violentadas em tempos de guerra, e lembrou a forma degradante como Mussolini tratava as italianas após assumir o poder. Para ele, tais exemplos revelam que o estupro não tem cor, raça ou classe social: é uma desgraça universal.

Por essa razão, afirmou que sua escrita literária busca corrigir a história pela ficção, trazendo à tona o sofrimento, mas também um apelo urgente: “Vamos respeitar as mulheres. Não vamos repetir o olhar de Caminha, que reduziu as indígenas a objetos de desejo. Vamos mudar essa história.”

O Cacique compartilhou ainda uma descoberta recente, ao ter contato com o livro *Eva*, que apresenta estudos científicos sugerindo que os principais neurônios do ser humano têm origem na região das nádegas femininas, e que cirurgias como bariátricas ou lipoaspiração podem aumentar a incidência de síndromes. Para ele, esse estudo apenas confirma aquilo que os povos já intuía: “o corpo perfeito é o da mulher; o corpo completo dos seres vem da mulher, sem a mulher não há possibilidade de prosperação da vida.”

A partir disso, defendeu que as mães, irmãs e filhas precisam ser olhadas em sua dignidade plena. Denunciou ainda que, na tradição literária, dificilmente se encontra um romance em que a mulher seja vencedora no final; em geral, sua trajetória é encerrada com dor ou perda. Por isso, lançou um desafio: “Vamos mudar essa história. Um retorno para a caverna. Vamos nos dar as mãos. Estamos em um território sagrado, em busca de novos conhecimentos, em busca do fato histórico que é o mais importante: em busca de uma vida honrada e, principalmente, de honrar nossas mães, nossas irmãs, nossas filhas.”

## Considerações finais

A Aula Magna do Curso de Direito 2025.2 da Faculdade Visconde de Cairu constituiu uma experiência acadêmica singular, marcada pela profundidade das falas das autoridades e, de modo especial, pela palestra do Cacique Juvenal Payayá. Sua abordagem, ao unir canto, memória, história e literatura, ofereceu aos presentes não apenas informações, mas sobretudo uma vivência sensível e transformadora.

O palestrante conduziu o auditório a refletir sobre questões fundamentais da formação do Brasil, como a ancestralidade, a relação com o território e as coincidências históricas que entrelaçam o passado indígena com o desenvolvimento da nação. Ao mesmo tempo, denunciou com coragem os crimes cometidos contra os povos originários, em especial a violência sexual contra as mulheres, apontando como esse legado ainda reverbera na sociedade contemporânea.

A apresentação do livro *Retorno para a Caverna* reforçou sua mensagem, propondo que a literatura indígena seja um instrumento de resgate histórico e de valorização da dignidade humana. Suas palavras revelaram a urgência de um novo olhar — um olhar de respeito à mulher, ao povo e à memória — capaz de superar visões preconceituosas e excludentes.

Para os estudantes de Direito, a Aula Magna representou um convite a pensar o Direito para além dos códigos e da técnica, situando-o na história viva e nas dores ainda abertas de um povo que resiste. A fala do Cacique Juvenal Payayá demonstrou que compreender o passado e ouvir as vozes silenciadas é condição essencial para construir um futuro mais justo, humano e solidário. Assim, este relato conclui que a Aula Magna não foi apenas uma solenidade acadêmica, mas uma verdadeira lição de humanidade e cidadania, cujo impacto ultrapassa a esfera da informação para alcançar a formação ética e crítica de cada participante.

Ainda nesse contexto, a experiência mostra, primeiro, que a abertura com o canto e a ideia de transformar o auditório em “território sagrado” ajudaram a criar um clima de respeito e escuta, reduzindo resistências e deixando o público mais aberto ao tema sensível apresentado. Do ponto de vista formativo, esse rito de abertura tem valor pedagógico: ao instaurar um ambiente de escuta qualificada e respeito às identidades coletivas, cria as condições da justiça procedimental e treina

competências essenciais ao exercício profissional. Em segundo lugar, ficou evidente que precisamos revisitar os cânones do Direito e reler as fontes clássicas à luz de autores e autoras indígenas atuais, para ampliar o repertório e evitar leituras únicas. Em terceiro lugar, a fala trouxe a centralidade do corpo como lugar de dignidade e consentimento, o que ajuda a corrigir visões objetificantes que ainda aparecem na cultura jurídica. Por fim, percebe-se que é possível articular ensino, serviço e comunidade — como já ocorre no NPJ/SEJUSC e nas parcerias com o TJ-BA —, o que dá mais impacto formativo a atividades acadêmicas desse tipo.

A partir desse quadro, o primeiro movimento passa pelo currículo. Não basta tratar a temática indígena como conteúdo eventual ou opcional: é necessário integrar autoria indígena — textos, cantos, poemas e ensaios — nas disciplinas obrigatórias, como Teoria do Direito, Hermenêutica, Direitos Humanos e Direito Constitucional. A proposta é trabalhar leituras comparadas: colocar um texto canônico ao lado de uma produção indígena contemporânea para explicitar pressupostos coloniais e abrir outras chaves interpretativas. Esse contraste ajuda a perceber como certas “verdades” jurídicas foram historicamente construídas e como podem ser criticadas a partir de outras experiências de mundo.

Em seguida, aparecem as metodologias de escuta. A experiência da Aula Magna mostrou que oralidade, memória e corpo geram um ambiente de aprendizado distinto. Na prática, isso pode ser incorporado por círculos de diálogo, seminários mediados e oficinas que usem protocolos claros de consentimento e devolutiva. Não se trata de abandonar o rigor: trata-se de ampliar o método para considerar vozes e repertórios que normalmente ficam de fora. Quando o aluno aprende a escutar com método, também aprende a argumentar melhor, negociar conflitos e construir soluções mais responsáveis.

No campo da avaliação, a lógica precisa acompanhar essa mudança. Provas e ensaios continuam importantes, mas podem ser complementados por portfólios reflexivos, diários de campo e rubricas de escuta intercultural. Esses instrumentos permitem avaliar dimensões que a prova tradicional não alcança — por exemplo, se o estudante foi capaz de reconhecer assimetrias, de formular perguntas responsáveis e de traduzir juridicamente demandas de grupos vulnerabilizados. Em outras palavras, medem competências relacionais que são essenciais para o exercício profissional e que estão alinhadas às diretrizes avaliativas da Fundação Visconde de Cairu.

No campo de extensão, o ideal é transformar iniciativas pontuais em projetos continuados com comunidades indígenas, observando ética de pesquisa, proteção de saberes e corresponsabilidade institucional. Isso evita um uso “extrativista” das comunidades e garante retorno concreto do que foi produzido. Projetos ligados ao NPJ/SEJUSC ou em parceria com órgãos do sistema de Justiça podem ser espaços potentes para unir formação técnica e compromisso social, desde que haja preparo prévio dos estudantes e acompanhamento docente.

Por fim, tudo isso depende de formação docente. Encontros pedagógicos sobre currículo decolonial e metodologias participativas, com troca de planos de aula e materiais, dão sustentação ao processo. Em termos práticos, o curso precisa oferecer tempo institucional para essa construção coletiva e estimular que cada professor experimente pequenas mudanças de rota, avaliando resultados ao longo do semestre. Assim, ensino, avaliação e extensão deixam de ser ilhas e passam a compor um projeto formativo coerente com a ideia de justiça que o próprio Direito afirma defender.

Cabe esclarecer que este trabalho decorre de observação participante realizada em um único evento, localizado no tempo e no espaço; por isso, não há pretensão de generalização estatística. O que se apresenta são evidências contextuais, interpretadas a partir do que foi vivido e registrado naquele momento específico. As inferências concentram-se em efeitos formativos percebidos — ambiência de escuta, deslocamentos de referência, indicações de diretrizes pedagógicas —, sem mensurar impactos de longo prazo (por exemplo, mudanças curriculares consolidadas, aprendizagem aferida por instrumentos padronizados ou efeitos sobre práticas profissionais). Reconhece-se, ainda, a possibilidade de viés do observador, inerente ao lugar de quem participa e narra a experiência. Ademais, parte do conteúdo refere-se à tradição oral, registrada como informação verbal ou em citações *apud*, o que exige prudência na citação e reforça a necessidade de triangulação futura com outros registros (documentos institucionais, gravações públicas, bibliografia específica). Em suma, os resultados aqui apresentados têm validade analítica e descritiva para o contexto observado; sua transferibilidade para outros cenários depende de estudos comparativos, acompanhamento longitudinal e ampliação das fontes.

À luz do exposto, o “retorno para a caverna” não aponta regressão, mas reaprendizagem de humanidade: recuperar o valor do corpo, da memória e da palavra consentida como fundamentos de justiça. Quando o curso de Direito se abre para

esses horizontes — na escolha das leituras, nas metodologias e na relação com a comunidade — forma profissionais capazes de articular técnica e cuidado, norma e sensibilidade, contribuindo para um Direito comprometido com justiça histórica, pluralidade e dignidade dos povos originários.

## Referências

ALVES, C. O livro e a América. In: **Poetas Românticos Brasileiros**. v. 1. São Paulo: Lumen, [s.d.].

BARBOSA, R. A. **Oração aos moços**. Edição comemorativa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

PAYAYÁ, A. C. S. S. **de et al.** (orgs.). **Cânticos e Poemas do Povo Índigena Payayá**: cabeceira do rio, Utinga-BA. Salvador: Cogito Editora, 2024.

PAYAYÁ, J. **Aula Magna do Curso de Direito 2025.2**. Faculdade Visconde de Cairu, Salvador/BA, 25 ago. 2025. (Comunicação oral/registro não publicado).